

SERGIO CAVALIERI FILHO

PROGRAMA DE RESPONSABILIDADE CIVIL

13ª edição
revista e atualizada



- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2019 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nêbias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafadores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Fabricio Vale

- Data de fechamento: 04.09.2018

As seis primeiras edições deste livro são da Editora Malheiros: 7. ed. 2007; 8. ed. 2008; 9. ed. 2010; 10. ed. 2012; 11. ed. 2014; 12. ed. 2015

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

C368p

Cavaliéri Filho, Sergio

Programa de responsabilidade civil / Sergio Cavaliéri Filho – 13. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-97-00730-5

1. Direito civil – Brasil. 2. Causalidade (Direito). 3. Danos (Direito). 4. Responsabilidade (Direito). I. Título.

18-51061

CDU: 347.42(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária CRB-7/6439

4133953

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Sistema Brasileiro de Responsabilidade Civil.....	1
I – De um sistema singelo a um sistema complexo.....	1
II – Fatores da evolução.....	2
III – As cláusulas gerais de responsabilidade objetiva no Código Civil de 2002.....	6
IV – O diálogo das fontes.....	8
V – O futuro da responsabilidade.....	8
VI – Os riscos coletivos e difusos.....	9
Capítulo I – Responsabilidade.....	13
1 Conceito.....	13
1.1 Dever jurídico originário e sucessivo.....	13
1.2 Distinção entre obrigação e responsabilidade.....	14
1.2.1 Da obrigação de indenizar.....	15
2 Posicionamento da responsabilidade na teoria geral do Direito.....	18
2.1 Fato jurídico.....	18
2.2 Ato jurídico e negócio jurídico.....	18
2.3 Ato ilícito.....	19
2.4 Duplo aspecto da ilicitude.....	21
2.5 Ato ilícito em sentido estrito e amplo.....	22
2.5.1 Ilicitude e nulidade – distinção.....	25
3 Função da responsabilidade civil.....	26
3.1 Princípio da reparação integral.....	26
3.1.1 O parágrafo único do artigo 944 do Código Civil e o princípio da reparação integral.....	27
4 Espécies de responsabilidade.....	28
4.1 Responsabilidade civil e penal.....	28
4.2 Responsabilidade contratual e extracontratual.....	29
4.3 Responsabilidade subjetiva e objetiva.....	31
4.4 Responsabilidade nas relações de consumo.....	31

XIV | PROGRAMA DE RESPONSABILIDADE CIVIL – Sergio Cavalieri Filho

5	Pressupostos da responsabilidade subjetiva.....	32
5.1	Exclusão de ilicitude.....	33
5.2	Indenização (ressarcimento) por ato lícito.....	34
5.3	Quadro sinótico da responsabilidade civil.....	37
Capítulo II – Responsabilidade Extracontratual Subjetiva – Pressupostos: Conduta Culpável.....		39
6	A conduta.....	40
6.1	Conceito.....	40
6.2	Ação.....	41
6.3	Conduta omissiva.....	41
6.4	Fato próprio, de outrem e da coisa.....	42
7	A imputabilidade.....	42
7.1	Conceito.....	42
7.2	Elementos.....	43
7.3	Menoridade.....	43
7.4	Insanidade.....	43
7.5	Responsabilidade dos incapazes.....	45
8	A culpa <i>lato sensu</i>	46
8.1	Dolo e culpa – distinção.....	48
8.2	Dolo – conceito.....	49
8.3	Elementos.....	50
8.4	Culpa – <i>stricto sensu</i>	50
8.5	O dever de cuidado.....	50
8.5.1	Erro de conduta.....	51
8.5.2	Aferição da culpa.....	52
8.6	Conceito.....	54
8.7	Elementos da conduta culposa.....	54
8.8	Previsão e previsibilidade.....	54
8.9	Falta de cuidado.....	55
8.10	Imprudência, negligência e imperícia.....	55
9	Espécies de culpa.....	56
9.1	Culpa grave, leve e levíssima.....	56
9.2	Culpa contratual e extracontratual.....	58
9.3	Culpa <i>in eligendo</i> , <i>in vigilando</i> e <i>in custodiando</i>	58
9.4	Culpa presumida e culpa contra a legalidade.....	58
9.5	Culpa concorrente.....	61
Capítulo III – Responsabilidade Extracontratual Subjetiva – Pressupostos: Nexo Causal.....		65
10	Conceito.....	65
11	Teorias.....	67
11.1	Teoria da equivalência dos antecedentes.....	68
11.2	Teoria da causalidade adequada.....	68

12	A teoria acolhida pelo nosso Direito Civil	70
12.1	O artigo 403 do Código Civil	71
12.2	Direito comparado.....	73
13	Aplicação da teoria da causalidade adequada – casos concretos.....	74
13.1	Primeiro caso.....	74
13.2	Segundo caso	76
13.3	Mitigação do nexa causal.....	77
13.4	Concorrência de causas.....	80
14	Concausas	82
14.1	Concausas preexistentes.....	82
14.2	Concausas supervenientes ou concomitantes.....	83
14.3	Coparticipação. Causalidade comum	84
14.3.1	Causalidade alternativa	85
14.3.2	A solidariedade passiva nas obrigações decorrentes de ato ilícito.....	86
14.3.2.1	A relação de causalidade é elemento imprescindível para a caracterização da solidariedade passiva nas obrigações decorrentes de ato ilícito	87
14.3.2.2	O nexa causal é indispensável para a caracterização da solidariedade passiva tanto na responsabilidade subjetiva como na responsabilidade objetiva	88
14.3.2.3	A solidariedade passiva nas suas relações externas e internas	89
15	Relação causal por omissão	90
15.1	A relevância jurídica da omissão	91
15.2	A disciplina da omissão no direito positivo.....	92
15.3	A cláusula geral da responsabilidade por omissão.....	93
15.4	Novos desafios da responsabilidade por omissão.....	94
15.5	Ônus da prova do nexa causal	95
16	Exclusão do nexa causal. Isenção de responsabilidade.....	96
16.1	Fato exclusivo da vítima.....	96
16.2	Fato de terceiro.....	97
16.3	Caso fortuito e força maior.....	98
16.4	Ausência de culpa e caso fortuito	102
Capítulo IV – Responsabilidade Extracontratual Subjetiva – Pressupostos: O Dano		103
17	Conceitos e modalidades	103
17.1	Conceito de dano	104
17.2	Modalidades de dano	105
18	Dano patrimonial	105
18.1	Dano emergente.....	105
18.2	Lucro cessante	106
18.3	Princípio da razoabilidade.....	106
18.4	A perda de uma chance.....	108

19	Dano moral.....	117
19.1	Evolução doutrinária do dano moral: fase da irreparabilidade.....	120
19.2	Evolução doutrinária do dano moral: fase da inacumulabilidade do dano moral e material	121
19.3	Posicionamento atual	122
19.4	Configuração do dano moral	122
19.4.1	Dano moral e inadimplemento contratual	123
19.4.2	Inexistência de dano moral por fato praticado no exercício regular de direito.....	125
19.4.3	A prova do dano	126
19.4.4	Legitimação para pleitear o dano moral. Indeterminação de ofendidos.....	129
19.4.5	Transmissibilidade do dano moral	132
19.5	Arbitramento do dano moral	135
19.5.1	Dano moral punitivo	137
19.6	Dano moral à pessoa jurídica.....	141
19.7	Dano difuso e coletivo.....	144
19.7.1	Dano moral coletivo	145
19.8	Dano estético.....	148
19.9	Dano direto e indireto – reflexo ou em ricochete.....	150
19.10	Dano à imagem	152
19.10.1	Uso da imagem de pessoa falecida. Direito próprio e novo dos herdeiros....	154
19.10.2	Valor da indenização pelo uso indevido da imagem.....	156
19.10.3	Abandono afetivo	157
19.11	Liberdade de informação <i>versus</i> inviolabilidade da vida privada	159
19.11.1	Conceito de privacidade.....	160
19.11.2	Conceito de liberdade de expressão.....	160
19.11.3	Conceito de liberdade de informação	161
19.11.4	As duas vertentes da liberdade de informação.....	161
19.11.5	Restrição à liberdade de informação	162
19.11.6	Límite entre a vida privada e a pública.....	171
19.11.7	Direito ao esquecimento	174
19.11.8	Mitigação do dano	179
20	Liquidação do dano – critérios para a sua quantificação	180
20A	O dano emergente – critério da diferença.....	181
20B	Lucro cessante – critério da razoabilidade	182
20C	A perda de uma chance – critério da razoabilidade.....	182
20D	Dano moral – critério do arbitramento	183
20E	Dano coletivo, difuso e dano moral coletivo – técnica da estimativa e do valor do desestímulo.....	183
20F	Outros critérios legais	184
20G	Estimativa das partes – cláusula penal.....	184

20H	Presunção de prejuízo – juros de mora.....	184
20I	Indenização pela morte de filho menor.....	185
20J	Indenização por redução temporária ou permanente da capacidade laborativa de aposentados e pensionistas.....	186
20K	Crítério da equidade.....	187
20L	Morte da vítima.....	188
20M	Lesão leve ou grave.....	189
20.1	Inabilitação da vítima para a profissão que exercia, mas não para outra.....	189
20.2	Pensão aos pais pela morte de filho. Termo final.....	191
20.3	Pensão a filho menor pela morte do pai. Termo final.....	191
20.4	Indenizações previdenciária e comum não se compensam.....	191
20.5	Seguro obrigatório e indenização comum. Compensação.....	193
20.6	O 13º salário.....	193
20.7	Correção monetária.....	194
20.8	Juros moratórios.....	194
20.9	Legitimados para postular a indenização.....	197
20.10	Constituição de capital para garantir a pensão.....	198
20.11	Verba honorária.....	198
20.12	Revisão do pensionamento.....	199
20.13	Prescrição e decadência.....	201
20.13.1	Termo inicial da prescrição. Prazo ordinário e especial. Causas que impedem ou suspendem a prescrição.....	204
20.13.2	Prazo prescricional no Código do Consumidor e no Direito Público.....	208
20.13.3	O artigo 200 do Código Civil.....	209
20.13.4	Objeções à plena aplicação do artigo 200 do Código Civil.....	213
20.13.5	O protesto cambial e o parágrafo único do artigo 202.....	218
Capítulo V – Responsabilidade Extracontratual Objetiva.....		225
21	Evolução doutrinária.....	225
21.1	Fatores da evolução da responsabilidade objetiva.....	225
21.2	Fases da evolução.....	226
22	A teoria do risco.....	227
23	Modalidades do risco.....	227
23.1	O risco proveito.....	228
23.2	O risco profissional.....	228
23.3	O risco excepcional.....	228
23.4	O risco criado.....	229
23.5	O risco integral.....	229
24	O risco e o dever de segurança.....	230
24.1	Campo de incidência da responsabilidade objetiva.....	231

25	Evolução da responsabilidade objetiva	232
25.1	Responsabilidade das estradas de ferro	232
25.2	Acidente do trabalho	233
25.3	Seguro obrigatório	238
25.3.1	Outras questões sobre DPVAT	239
25.4	Danos ao meio ambiente	240
25.5	Danos nucleares	242
25.6	Danos causados pela Internet	244
25.7	Outras hipóteses de responsabilidade objetiva	250
26	Socialização dos riscos	251
Capítulo VI – A Responsabilidade Objetiva no Código Civil.....		255
27	O abuso do direito como ato ilícito	256
27.1	Origem, conceito e finalidade	256
27.2	Teorias sobre o abuso do direito	258
27.3	Características da ilicitude do abuso do direito.....	259
27.4	O abuso do direito como princípio geral.....	259
27.5	Excesso manifesto.....	261
27.6	Os limites estabelecidos pela lei.....	262
27.6.1	Fim econômico	262
27.6.2	A jurisprudência.....	262
27.6.3	Fim social	268
27.6.4	Boa-fé objetiva	269
27.6.5	Bons costumes	273
28	Responsabilidade pelo desempenho de atividade de risco	273
28.1	Teoria do risco criado.....	274
28.2	Atividade normalmente desenvolvida	274
28.3	Por sua natureza implicar risco.....	276
29	O dever de segurança	277
30	Fato da atividade.....	278
31	Campo de incidência da norma	279
32	Responsabilidade dos empresários e empresas por danos causados por produtos.....	281
32.1	Teoria do risco da atividade empresarial.....	282
33	Fato do produto.....	282
34	O dever de segurança	283
34.1	Risco inerente ao produto.....	284
35	Os responsáveis	284
36	Excludentes de responsabilidade pela atividade de risco e pelo dano causado por produto.....	285
37	O risco do desenvolvimento.....	286
38	Conclusão	287

Capítulo VII – Responsabilidade por Fato de Outrem	289
39 Responsabilidade direta e indireta	289
40 Responsabilidade objetiva dos responsáveis	290
40.1 Responsabilidade subsidiária dos incapazes	293
41 Responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores	294
42 Exclusão da responsabilidade dos pais.....	295
43 Responsabilidade dos tutores e curadores	296
44 Responsabilidade do empregador ou comitente.....	297
45 Responsabilidade objetiva do empregador.....	297
46 Teoria da substituição.....	298
47 Campo de incidência do inciso III do artigo 932.....	299
48 Noção de preposição	300
49 Exoneração da responsabilidade do patrão.....	301
50 Abuso ou desvio de atribuições do empregado	302
50.1 Ação regressiva e solidariedade	303
51 Responsabilidade das locadoras de veículos	303
51.1 Fundamentos da Súmula	304
52 Responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, hotéis e similares.....	305
53 Participação gratuita no produto de crime.....	307
Capítulo VIII – Responsabilidade pelo Fato das Coisas	309
54 Caracterização do problema.....	309
55 A noção de guarda.....	310
55.1 A noção de guarda intelectual.....	311
56 O proprietário é o guarda presumido da coisa	312
57 Responsabilidade do proprietário no caso de furto ou roubo do veículo.....	312
58 Veículo emprestado	314
59 Responsabilidade objetiva ou culpa presumida?	315
59.1 Inexistência de regra no Código Civil.....	316
60 Jurisprudência brasileira.....	317
60.1 Acidente em escada rolante	317
60.2 Acidente em elevador.....	318
60.3 Acidente imobiliário.....	318
61 Incidência do Código do Consumidor	319
62 Responsabilidade das empresas de <i>leasing</i> pela coisa arrendada	319
63 Veículo alienado, mas não transferido no DETRAN.....	320
63.1 Venda simulada.....	321
64 Responsabilidade por fato de animais.....	322
65 Natureza da responsabilidade por fato de animais.....	324
66 Responsabilidade pela ruína de edifício	325
67 Responsabilidade do dono do edifício.....	327

68	Culpa presumida do dono do edifício ou responsabilidade objetiva?	328
69	Responsabilidade por coisas caídas do prédio	330
70	Responsabilidade do habitante	330
71	Natureza da responsabilidade do habitante.....	331
Capítulo IX – Responsabilidade da Administração Pública		333
72	Evolução histórica.....	333
72.1	A irresponsabilidade do Estado	333
72.2	Concepção civilista.....	334
72.3	A teoria do órgão.....	334
72.4	A culpa anônima.....	335
72.5	A responsabilidade objetiva.....	336
72.6	Teoria do risco administrativo e o dever de segurança	337
72.7	Teoria do risco integral	338
73	A responsabilidade do Estado no Direito Brasileiro	338
73.1	O artigo 15 do Código Civil de 1916.....	339
73.2	Precursores da responsabilidade objetiva do Estado	339
73.3	A Constituição de 1946.....	340
74	O § 6º do artigo 37 da Constituição de 1988.....	340
74.1	Acolhimento da teoria do risco administrativo.....	341
74.1.1	A questão da bala perdida.....	343
74.1.2	Exclusão da responsabilidade estatal	343
74.2	Concorrência de causas. Culpa concorrente.....	344
74.3	O sentido do vocábulo agente.....	345
74.3.1	Legitimação passiva do agente (ou servidor) para a ação indenizatória.....	345
74.4	O sentido do vocábulo terceiros	347
74.5	Danos por omissão do Estado – omissão específica e genérica.....	348
74.6	Responsabilidade dos prestadores de serviços públicos.....	352
74.6.1	Responsabilidade subsidiária do Estado e não solidária.....	356
74.6.2	Responsabilidade dos tabeliães, notários e oficiais de registro	357
75	Danos decorrentes de obras públicas.....	362
76	Danos decorrentes de coisas ou pessoas perigosas de que o Estado tem a guarda	364
77	Danos decorrentes de fenômenos da Natureza e fato de terceiro	365
78	Responsabilidade subjetiva do Estado	366
79	Responsabilidade do Estado por danos decorrentes de atos judiciais.....	369
79.1	Adeptos da tese da irresponsabilidade.....	369
79.2	A posição do Supremo Tribunal Federal.....	369
79.3	Argumentos contra a irresponsabilidade	370
79.4	Colocação do tema em face da Constituição de 1988.....	370
79.4.1	O artigo 5º, LXXV da Constituição. Erro judiciário.....	371

79.5	Responsabilidade pela atividade jurisdicional – ato judicial típico	371
79.5.1	Responsabilidade por ato jurisdicional cautelar	373
79.6	Responsabilidade pela atividade judiciária	375
79.7	Responsabilidade pessoal do juiz.....	376
80	Responsabilidade por atos legislativos.....	377
80.1	Leis de efeitos concretos.....	378
80.2	Leis inconstitucionais	379
Capítulo X – Responsabilidade Contratual.....		381
81	Origem	381
81.1	Transmutação da responsabilidade aquiliana em contratual.....	381
82	Conceito	382
83	Unificação da responsabilidade	383
84	Diferenças entre a responsabilidade contratual e a extracontratual	384
84.1	Relação jurídica preexistente.....	385
84.2	Culpa presumida.....	385
85	Pressupostos da responsabilidade contratual.....	386
85.1	Existência de contrato válido	386
85.2	Inexecução do contrato.....	386
85.3	Dano e nexó causal.....	388
85.3.1	Excludentes da responsabilidade contratual – impossibilidade.....	389
86	Inadimplemento e mora.....	393
86.1	Mora e inadimplemento. Conceitos	393
86.2	Inadimplemento útil ou substancial.....	394
86.2.1	A violação positiva do contrato.....	395
86.3	Espécies de mora.....	397
87	Juros de mora e cláusula penal.....	397
87.1	Função da cláusula penal.....	398
87.2	Cláusula penal compensatória	398
87.3	Cláusula penal moratória.....	398
87.4	Responsabilidade pré e pós-contratual	399
Capítulo XI – Responsabilidade do Transportador.....		405
88	O contrato de transporte: importância social e jurídica.....	405
88.1	Alguns dados estatísticos	405
88.2	Omissão do Código de 1916 e o tratamento jurídico do Código de 2002	406
89	O triplice aspecto da responsabilidade do transportador	407
89.1	Responsabilidade em relação a terceiros	407
89.2	Responsabilidade em relação aos empregados	409
89.3	Responsabilidade em relação aos passageiros.....	409
90	Características do contrato de transporte de passageiros.....	409
90.1	Obrigação de segurança. Cláusula de incolumidade	410

91	Origem e evolução da responsabilidade contratual do transportador	410
91.1	A Lei das Estradas de Ferro – Decreto nº 2.681/1912.....	411
92	Presunção de responsabilidade, e não simples culpa presumida	412
92.1	Entendimento dominante.....	412
92.2	O advento do Código do Consumidor	413
93	Exclusão de responsabilidade do transportador.....	415
93.1	O fortuito interno e o externo.....	415
93.2	O fato exclusivo do passageiro	417
93.3	O fato exclusivo de terceiro	418
93.4	Assalto em trem ou ônibus no curso da viagem.....	419
93.5	A necessidade de um seguro social	423
94	Início e término da responsabilidade do transportador	423
94.1	Início da execução do contrato.....	424
94.2	O entendimento da jurisprudência	424
94.3	Início e término do transporte rodoviário	425
95	Transporte gratuito.....	425
95.1	Transporte aparentemente gratuito	425
95.2	Transporte puramente gratuito.....	426
95.3	O artigo 736 do Código Civil.....	427
95.4	Responsabilidade aquiliana	427
95.5	Transporte clandestino.....	429
96	A cláusula de não indenizar	429
97	Responsabilidade do transportador aéreo.....	430
97.1	Disciplina da responsabilidade do transportador aéreo.....	430
97.1.1	As Convenções de Varsóvia e Montreal	431
97.2	A Convenção de Varsóvia e o Código do Consumidor	431
97.2.1	O entendimento do Superior Tribunal de Justiça	432
97.2.2	O novo posicionamento do Supremo Tribunal Federal.....	439
97.2.3	Considerações sobre o novo entendimento do STF	443
97.2.4	A força maior e a responsabilidade do transportador aéreo	452
97.3	Transporte aéreo nacional ou interno.....	454
97.4	A responsabilidade limitada do Código Brasileiro de Aeronáutica e o Código do Consumidor.....	455
97.5	Responsabilidade extracontratual do transportador aéreo.....	457
97.6	Revogação do artigo 269 do Código Brasileiro de Aeronáutica.....	457
97.7	Responsabilidade por danos causados ao passageiro ou terceiros no recinto do aeroporto.....	458
98	Transporte de mercadorias.....	458
98.1	Transporte terrestre de mercadorias	459
98.2	Transporte aéreo de mercadorias	459
98.3	Transporte marítimo de mercadorias	461

99	Transporte de valores	462
100	Desnecessidade de vistoria	463
Capítulo XII – Responsabilidade do Construtor e do Incorporador		467
101	Natureza da responsabilidade	467
102	Responsabilidade do construtor em relação ao dono da obra	468
103	O construtor tem obrigação de resultado e responsabilidade objetiva em relação ao dono da obra	468
104	Vícios e defeitos ocultos integram o conceito de solidez e segurança da obra	470
105	O alcance do artigo 1.245 do Código Civil de 1916	470
	105.1 Interpretação evolutiva	470
	105.2 A lição de Hely Lopes Meirelles	472
	105.3 Modificação da legislação francesa	473
	105.4 O artigo 618 do Código Civil de 2002	473
106	Natureza do prazo previsto no artigo 618 do Código Civil de 2002	473
	106.1 Prazo de ordem pública	474
	106.2 Prazo de garantia e não de caducidade, nem prescricional	474
	106.3 O parágrafo único do artigo 618 do Código Civil	476
107	Conceito de solidez e segurança da obra	476
108	Responsabilidade extracontratual do construtor	478
	108.1 Responsabilidade solidária do dono da obra	478
	108.2 Síntese conclusiva	479
109	Responsabilidade do incorporador	481
	109.1 Conceito de incorporação	481
	109.2 Obrigação do incorporador	482
	109.3 Solidariedade entre o incorporador e o construtor	482
	109.4 Incidência do Código do Consumidor	485
	109.4.1 Incidência do Código do Consumidor na fase pré-contratual da incorporação	486
	109.4.2 Incidência do Código do Consumidor na fase contratual da incorporação	487
	109.4.3 Incidência do Código do Consumidor quanto à segurança da obra	487
	109.4.4 Incidência do Código do Consumidor quanto à qualidade da obra	489
Capítulo XIII – Responsabilidade dos Médicos, Advogados e de Outros Profissionais		491
110	Considerações gerais	491
111	Natureza da responsabilidade médica	491
112	A responsabilidade pessoal do médico	492
113	A prova da culpa	493
	113.1 O erro profissional – a lição de Carvalho Santos	494
	113.2 O entendimento de Néelson Hungria	495
	113.3 O erro de diagnóstico	495

113.4 Síntese da jurisprudência.....	496
113.5 Equipe cirúrgica e o erro anestésico.....	496
113.6 Inversão do ônus da prova.....	499
113.7 Violação do sigilo profissional	500
113.8 O dever de informar	500
113.9 A perda de uma chance.....	502
114 Cirurgia estética – obrigação de meio ou de resultado?.....	505
115 Responsabilidade médica empresarial – hospitais, clínicas e casas de saúde	509
115.1 Responsabilidade dos médicos e hospitais no seguro de saúde.....	514
115.2 Exclusão da responsabilidade médica.....	516
115.3 O risco inerente do serviço.....	517
116 Responsabilidade de outras profissões.....	518
116.1 Responsabilidade dos dentistas.....	518
117 Responsabilidade do advogado.....	520
117.1 Disciplina jurídica da advocacia	520
117.2 Aspectos da responsabilidade civil do advogado	521
117.3 Sociedade de advogados	522
117.4 Advogado profissional liberal.....	524
117.5 Responsabilidade por omissão.....	524
117.6 Obrigação de meio e de resultado – erro profissional	525
117.7 Obrigação de recorrer	526
117.8 A perda de uma chance.....	527
117.9 A advocacia e o Código do Consumidor.....	529
117.10 Ofensa irrogada em juízo.....	530
Capítulo XIV – Responsabilidade das Instituições Bancárias	533
118 Natureza da responsabilidade bancária	533
119 Incidência do Código do Consumidor	534
119.1 Depósitos bancários	538
119.2 Cheque falsificado e outras fraudes.....	538
119.3 A Súmula 28 do Supremo Tribunal Federal.....	539
119.4 Recusa de pagamento de cheque regular	539
119.5 Violação do sistema eletrônico	540
119.6 Cartão de crédito	542
120 Cofre bancário de aluguel – natureza jurídica	546
120.1 Responsabilidade do banco pelos bens guardados nos cofres – a cláusula de segurança	547
120.2 A prova do dano.....	548
121 Responsabilidade extracontratual dos bancos	550
121.1 Fundamento jurídico.....	550
121.2 Protesto indevido de título	550
121.3 Responsabilidade por assalto	552

Capítulo XV – Responsabilidade do Segurador	555
122 Importância socioeconômica do seguro.....	555
123 Risco – elemento material do seguro	556
123.1 Conceito de seguro	556
123.2 Risco objetivo e subjetivo	557
124 Mutualismo – base econômica do seguro	558
124.1 O princípio da mutualidade	558
124.2 Os princípios da garantia e da confiança	558
124.3 Equilíbrio econômico entre risco e prêmio.....	559
124.4 O princípio da boa-fé. Alma do seguro	559
124.5 O princípio da solidariedade – cerne do seguro.....	561
125 Espécies de seguro	561
125.1 Seguro de coisas – valor de mercado	561
125.1.1 Cosseguro e seguro cumulativo.....	563
125.2 Seguro de pessoas	564
125.2.1 Seguro em grupo.....	564
125.2.2 Formação do contrato de seguro em grupo.....	565
125.2.3 Natureza jurídica do contrato.....	566
125.3 Seguro de saúde.....	567
125.4 Seguro de responsabilidade civil.....	568
126 Contrato de adesão	569
127 Características da responsabilidade do segurador	569
127.1 Risco contratual	570
127.2 Dever de garantia – fundamento da responsabilidade do segurador.....	571
127.3 Cláusulas limitativas do risco.....	572
127.4 O seguro e a concepção social do contrato	573
127.5 Cláusulas abusivas	575
128 Excludentes de responsabilidade do segurador	577
128.1 As declarações do segurado.....	579
128.2 O agravamento do risco.....	582
128.2.1 Agravamento do risco e embriaguez	583
128.3 A fraude no seguro	585
128.4 O suicídio involuntário	586
128.5 Outros atos ilícitos do segurado ou do beneficiado pelo seguro.....	588
129 Questões polêmicas	589
129.1 Início da cobertura do seguro	589
129.2 Transferência do seguro.....	590
129.3 Ação direta do terceiro contra o segurador.....	591
129.4 Ação direta do beneficiário do seguro contra o segurador	593
129.5 Inexistência de ação direta do segurado contra o estipulante.....	594

129.6 Chamamento do segurador ao processo ou denúncia da lide?	594
129.7 A companheira como beneficiária do seguro de vida.....	595
130 Prescrição.....	596
Capítulo XVI – A Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo	599
131 A problemática dos acidentes de consumo	599
132 Modificações introduzidas pelo CDC na responsabilidade civil nas relações de consumo.....	601
132.1 Teoria do risco do empreendimento ou da atividade empresarial.....	602
132.2 Princípios fundamentais da disciplina da responsabilidade do fornecedor	603
133 A sistemática do CDC – fato do produto e do serviço	605
133.1 Fato do produto – acidente de consumo	606
133.1.1 Conceito legal de defeito	608
133.2 O dever de segurança – fundamento da responsabilidade do fornecedor.....	608
133.2.1 O nexo causal entre o defeito e o dano.....	611
133.2.2 Risco inerente e risco adquirido – distinção	611
133.2.3 Produto perigoso e produto defeituoso.....	612
133.2.4 Risco permitido.....	612
133.2.5 Defeito de informação e o dever de informar	613
133.2.6 Limites do dever de informar	613
133.3 Os responsáveis.....	614
133.4 A solidariedade passiva no Código de Defesa do Consumidor	615
133.4.1 A solidariedade passiva na responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço	616
133.4.2 A solidariedade passiva nos serviços complexos, produzidos por cadeia de fornecedores	617
133.5 Responsabilidade subsidiária do comerciante	622
133.6 Fato do serviço	623
133.7 Excludentes de responsabilidade do fornecedor	625
133.8 O risco do desenvolvimento.....	631
133.9 Inversão do ônus da prova <i>ope legis</i>	634
134 Responsabilidade dos profissionais liberais.....	636
134.1 Quem é profissional liberal?.....	636
134.2 Sociedades empresárias prestadoras de serviços não se enquadram na regra prescricional destinada aos profissionais liberais	638
135 Consumidor por equiparação	639
136 O direito de regresso.....	641
137 Responsabilidade por vício do produto e do serviço.....	641
137.1 Vício e defeito – distinção.....	641
137.2 Responsabilidade objetiva	642
137.3 Vício do produto e vício redibitório – distinção.....	642
137.3.1 Dano circa rem e extra rem	643
137.4 Os responsáveis.....	644

137.5 Vício de qualidade	645
137.6 Mecanismos reparatórios.....	645
137.7 Vício de quantidade.....	648
137.8 Vícios do serviço.....	648
138 Decadência e prescrição no Código do Consumidor.....	649
138.1 Prescrição.....	649
138.2 Causas que suspendem ou interrompem a prescrição.....	650
138.3 Decadência	651
138.4 Suspensão da decadência.....	652
Capítulo XVII – A Cláusula de não Indenizar.....	655
139 Conceito.....	655
140 Denominação.....	655
141 Diferença entre causa de irresponsabilidade e cláusula de não indenizar	656
142 Fundamento.....	656
143 Limites.....	657
143.1 A ordem pública.....	658
143.2 Dolo e culpa grave	658
143.3 Elemento essencial do contrato	659
143.4 Limitações legais	661
144 Conclusões.....	662
Capítulo XVIII – Influência da Sentença Criminal sobre o Juízo da Reparação.....	663
145 Tema polêmico.....	663
146 Efeitos da sentença penal condenatória.....	664
147 Unidade da falta e variedade de consequências.....	665
148 A sentença penal absolutória.....	667
148.1 Sentença absolutória fundada em prova da inexistência do crime ou da autoria...	667
148.2 Sentença absolutória fundada em falta de prova.....	667
148.3 Sentença absolutória por motivo peculiar do Direito Penal	669
148.4 Sentença absolutória fundada em excludente de ilicitude	669
148.5 Sentença absolutória do Júri.....	670
149 Sobrestamento do processo civil.....	674
150 Repercussão da sentença penal na esfera administrativa.....	674
Bibliografia.....	677
Índice Alfabético-Remissivo	683